

30	Edivan Lino Veras	895.***-72
31	Eleandro Pereira de Oliveira	286.***-79
32	Eliadiana Alves Nunes	351.***-42
33	Elisia Santos de Lima	326.***-47
34	Esther de Oliveira Sutil	349.***-04
35	Fabiola Soares Oliveira	409.***-17
36	Fernanda Cristina Lins de Oliveira	321.***-07
37	Francisca dos Santos Ferreira	234.***-39
38	Francisco Gomes Mendes	967.***-91
39	Francisco Jonas Dantas de Lima	313.***-25
40	Gilberto Batista de Oliveira	086.***-97
41	Gilma Araujo dos Santos	313.***-23
42	Gislaide Alves de Oliveira Irmã	152.***-02
43	Ilma Rodrigues Resende Oliveira	075.***-18
44	Ingrid Alves Doria	396.***-12
45	Ionia Santos Pereira	696.***-30
46	Irany Ferreira de Souza	337.***-47
47	Ivanilson Santos Pereira	002.***-28
48	Izabel Cristina Gomes dos Santos	051.***-95
49	Janaina Aparecida dos Santos	170.***-32
50	Janiele Florentino dos Santos	065.***-31
51	Janilson dos Santos	326.***-71
52	João Carlos Romano	560.***-34
53	José Fábio da Silva	054.***-08
54	Jorge Clayton dos Santos	225.***-38
55	Jose Avelino da Silva	027.***-89
56	José Fábio da Silva	399.***-58
57	José Rocha dos Reis	486.***-34
58	Jose Willame da Silva	947.***-20
59	Josenilda de Carvalho Braga	033.***-58
60	Josiane Cristina dos Santos Medeiros	261.***-11
61	Jucilene Maria Barrete Nunes	367.***-60
62	Julia Maria do Nascimento	385.***-49
63	Julita Ferreira da Silva	074.***-65
64	Juscélino Nascimento de Andrade	171.***-12
65	Katia de Lira Gomes	377.***-41
66	Kelny Furtado de Araújo	428.***-00
67	Leandro Cunha Santos	346.***-95
68	Leidimar Alves Nogueira	027.***-20
69	Leonidio Fonseca dos Santos	064.***-28
70	Luan Wallace Manoel Leite	425.***-04
71	Luana da Conceição Silva	309.***-14
72	Luciana Davi dos Santos	041.***-01
73	Maria Aparecida de Barros Paz	367.***-16
74	Maria da Guia Davi dos Santos	075.***-10
75	Maria das Graças Pereira da Silva	330.***-67
76	Maria de Fatima Barreto Souza	225.***-83
77	Maria do Carmo Ribeiro da Silva	364.***-09
78	Maria do Socorro da Silva	231.***-44
79	Maria Francisca da Conceição	730.***-87
80	Maria Julia da Silva Brandão	086.***-18
81	Maria Juliana Inacio de Freitas	314.***-67
82	Maria Liane de Sales	096.***-05
83	Maria Rose dos Santos	366.***-31
84	Maria Socorro de Alencar Ullis	050.***-20
85	Maria Valdemira Pinheiro Lima	261.***-04
86	Natalia Ananias de Lima	398.***-24
87	Neli Mendes de Moraes	352.***-16
88	Neura Cristina Barbosa Souza	005.***-44
89	Neuza Caldeira Pereira	010.***-81
90	Nivaldo Lima Oliveira	634.***-15
91	Nicodemos Vieira de Medeiros Silva	085.***-70
92	Patricia Cristina Bonfim dos Santos	287.***-22
93	Paulo Sergio Vieira de Freitas	321.***-83
94	Rafaela da Silva Sousa	453.***-84
95	Rejane Maria da Silva dos Santos	410.***-04
96	Rejane Maria de Lima Campelo	226.***-01
97	Renata Maria Leite	325.***-90
98	Rita de Cassia Santos Damasceno	252.***-56
99	Roberta Gomes de Oliveira	345.***-85
100	Rosimeire Ovidio	325.***-05
101	Saphira Janet Leite dos Santos	427.***-06
102	Sonia Aparecida Carlos	314.***-43
103	Viviane Tenorio Cavalcante	325.***-79

SEHAB/GABINETE

PROCESSO ELETRÔNICO 6014.2022.0000652-7

PORTARIA Nº 33/SEHAB.G/2022

JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS , Secretário Municipal de Habitação, no uso de suas atribuições legais,

Considerado que a Lei Municipal 17.734, de 11 de janeiro de 2022, regulamenta, no âmbito do Município de São Paulo, os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária, de acordo com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e o Decreto Federal nº 9.310, de 2018, e dá outras providências.

Considerando que a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S) é a modalidade aplicada à regularização fundiária de núcleos urbanos ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal;

Considerando que cabe ao município, processar, analisar, aprovar os projetos de regularização fundiária e emitir o Certificado de Regularização Fundiária - CRF;

Considerando que a assessoria de empresas privadas nos processos de formulação dos projetos de regularização fundiária, inclusive de REURB-S, vem ocorrendo em volume crescente, conforme indica o volume de feitos originados a partir desta iniciativa protocolizados nesta Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB;

Considerando que, a despeito da remuneração destas empresas, muitos destes feitos são protocolizados com instrução incompleta ou apenas inicial, gerando falsas expectativas nos futuros beneficiários da REURB-S e comprometendo a capacidade operacional desta SEHAB no tocante à produção dos estudos necessários aos projetos de REURB-S constantes de seus programas prioritários;

Considerando que esta Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB vem recebendo constantemente pedidos de REURB que se apresentam na verdade como sucedâneo ao processo de aprovação de parcelamento do solo sob a competência e Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento;

RESOLVE:

Art. 1º. Os projetos de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-S protocolizados por intermédio de empresas especializadas nesta Secretaria Municipal de Habitação deverão apresentar, no mínimo:

I. os elementos exigidos no art. 30 da Lei n. 17.734, de 11 de janeiro de 2022;

II. no caso de áreas precárias, a previsão de execução das obras de infraestrutura básica por parte das empresas interessadas, mediante prévia aprovação dos projetos executivos pela Coordendoria de Regularização Fundiária.

Parágrafo único. Os pedidos de REURB-S realizados em desacordo com o previsto no artigo anterior serão indeferidos, não gerando qualquer direito de preferência na análise ou desenvolvimento por parte da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB.

Art. 2º. Identificada a ausência dos elementos mínimos de instrução do projeto de REURB-S previstos no artigo anterior, a Coordenadoria Regularização Fundiária expedirá um único “comunique-se” à empresa responsável, rogando a complementação do feito no prazo de, no máximo 30 (trinta) dias.

§ 1º. O não atendimento ao “comunique-se” acarretará o imediato arquivamento do feito, dando-se baixa no processo respectivo.

§ 2º. Da decisão prevista no parágrafo anterior caberá recurso do DD. Secretário Municipal de Habitação, em instância terminativa.

Art. 3º. Os pedidos protocolizados nos termos desta Portaria não autorizam qualquer vinculação entre o Poder Público e

os requerentes, sendo vedada qualquer forma de comunicação neste sentido, sob pena de indeferimento do pedido.

Parágrafo único. Incluem-se nas formas de comunicação previstas no “caput” a divulgação de marcas, símbolos ou slogans capazes de induzir, dolosa ou culposamente, a relação entre o Poder Público e a empresa requerente.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, incidindo seus efeitos inclusive para os processos já protocolizados anteriormente à sua edição.

JOÃO SIQUEIRA DE FARIAS

Secretário Municipal de Habitação

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO Nº 6210.2021/0009258-3

DESPACHO I - Considerando os termos do parecer da Assessoria Jurídica desta Autarquia, constante destes autos, que adoto como fundamento desta decisão e considerando a competência que me foi delegada na Portaria 25/2022-PREF/CG de 11 de fevereiro de 2022, **CONHEÇO** do Recurso apresentado por BQ VONTAE ARQUITETURA E ENGENHARIA EIRELI, CNPJ nº 35.766.894/0001-00, e no mérito **DOU-LHE PROVIMENTO**, para anular a decisão que aplicou-lhe multa de R\$ 1.711,36 (um mil setecentos e onze reais e trinta e seis centavos).

II - Publique-se.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo nº 6210.2022/0002320-6
UNIDENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA EPP
 Notificação de Penalidade - Nota Fiscal 118559
 ATA DE RP 126/2021-SMS.G
 NOTIFICAMOS Vossa Senhoria, que essa empresa encontra-se na iminência de ser apenada com multa de 1% sobre o valor de R\$ 43,68 (quarenta e três reais e sessenta e oito centavos) correspondente a R\$ 0,44 (quarenta e quatro centavos) em virtude do atraso na entrega do item constante na Nota Fiscal nº 118559, conforme previsto no subitem 8.1.3 do item 8.1 da CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES da ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 126/2021 – SMS-G, Nota de Empenho nº 519/2022, Processo Administrativo nº 6210.2022/0002320-6. Outrossim, informamos que o prazo para oferecimento de Defesa Prévia, se assim o desejar, é de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do previsto § 2º do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, a qual poderá ser enviada para o e-mail hspmdai@hspm.sp.gov.br ou ser protocolizada junto a Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo, desta Autarquia na Rua Castro Alves, nº 60, 2º andar, Aclimação, São Paulo.
 Processo Administrativo nº 6210.2022/0002395.8
MEDICAL CHIZZOLINI LTDA
 Notificação de Penalidade – Nota Fiscal 9870
 NOTIFICAMOS Vossa Senhoria que essa empresa encontra-se na iminência de ser apenada com multa no montante de 6% sobre o valor de R\$ 4.906,65 (quatro mil, novecentos e seis reais e sessenta e cinco centavos) correspondente a R\$ 294,40 (duzentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos) em virtude do atraso na entrega do item constante na Nota Fiscal nº 9870, prevista no subitem 20.3.5 do item 20.3 da CLÁUSULA 20 - PENALIDADES do Pregão Eletrônico nº 225/2021, Nota de Empenho nº 477/2022, Processo Administrativo nº 6210.2022/0002395.8. Outrossim, informamos que o prazo para oferecimento de Defesa Prévia, se assim o desejar, é de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do previsto § 2º do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, a qual poderá ser enviada para o e-mail hspmdai@hspm.sp.gov.br ou ser protocolizada junto a Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo, desta Autarquia na Rua Castro Alves, nº 60, 2º andar, Aclimação, São Paulo.
 -

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

PROCESSO Nº 6021.2020/0016732-0

AÇÃO ORDINÁRIA Nº 1022597-83.2020.8.26.0053 - 14ª VARA FAZENDA PÚBLICA
AÇÃO CUMPRIMENTO Nº 000592-47.202.8.26.0053 - 14ª VARA FAZENDA PÚBLICA
INTERESSADA: MARIA BEBETO DE MORAIS
ASSUNTO: Pensão por morte. Procedência. Trânsito em julgado. Execução Definitiva. PRAZO: 10/04/2022

DESPACHO:

I - Nos termos de orientação traçada pelo Departamento Judicial - JUD 21 por meio do Encaminhamento PGM/JUD-21 nº 060285574, constante do processo SEI nº 6021.2020/0016732-0, para cumprimento definitivo de decisão judicial transitada em julgado nos autos da Ação Ordinária nº 1022597-83.2020.8.26..53, movida por **MARIA BEBETO DE MORAIS** , em trâmite perante a 14ª Vara da Fazenda Pública, objetivando a concessão de pensão por morte de ex-servidor municipal, reti ratificando Despacho Autorizatório IPREM/SUP nº 033413674, publicado no Diário Oficial da Cidade de 22/09/2020 - pg. 15, retificado pelo Despacho de Retificação nº 03379320, publicado no Diário Oficial da Cidade de 30/09/2020 - pg. 19, determino, em caráter definitivo, em atendimento à Ação de Cumprimento nº 000592-47.2022.8.26.0053, em curso na 14ª Vara da Fazenda Pública, a) tornar definitiva a inscrição da autora **MARIA BEBETO DE MORAIS** , nascida em 24/10/1953, portadora da identidade RG nº 19.037.917-0 SP/SP e do CPF/ MF nº 343.515.378/41, no rol de pensionistas deste Instituto, concedendo-lhe pensão por morte na condição de esposa divorciada do ex-servidor municipal **JOÃO DE LIMA MARQUES** , falecido em 20/11/2013; b) elaborar demonstrativo das diferenças devidas para a autora, mês a mês, adotando-se como termo inicial 05/05/2015 (fls. 312 - autos principais 60129823) e como termo final a véspera do cadastramento em cumprimento à tutela antecipada.

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

PROCESSO SEI Nº 6021.2021/0051208-9

AÇÃO ORDINÁRIA Nº 1059175-1.2021.8.26.0053 - 2ª VARA FAZENDA PÚBLICA

INTERESSADA: NEYDE CORACY DE SOUZA LUQUESI

ASSUNTO: Pensão por morte. Mãe de servidor falecido. Procedência. Trânsito em julgado. Execução Definitiva. PRAZO: 10/04/2022.

DESPACHO:

I - Nos termos de orientação do Departamento Judicial - JUD 21 contida no Encaminhamento PGM/JUD-21 - Cumprimento e RPV nº 060295284 constante do processo SEI nº 6021.2021/0051208-9, para cumprimento definitivo de decisão judicial transitada em julgado nos autos da Ação Ordinária nº 1059175-11.2021.8.26.0053, movida por **NEYDE CORACY DE SOUZA LUQUESI** , em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública, objetivando concessão de pensão por morte de ex-servidor municipal, reti ratificando Despacho Autorizatório IPREM/SUP nº 053869116, publicado no Diário Oficial da Cida-de de 23/10/2021 - pg. 23, atendendo provisoriamente tutela de urgência concedida, determino, em caráter definitivo, a) anotar a decisão havida no prontuário da autora **NEYDE CORACY DE**

SOUZA LUQUESI , pensionista nº 038326-1/00, nascida em 02/11/1934, portadora da identidade RG nº 3.429.869-1 SSP/SP e do CPF/MF nº 812.822.148/53; b) tornar definitiva sua inscrição no rol de pensionistas deste Instituto, concedendo-lhe pensão por morte na condição de genitora do ex-servidor municipal **JORGE LUQUESI** , falecido em 15/05/2020; c) elaborar demonstrativo das diferenças devidas para autora, mês a mês, adotando como termo inicial a data do óbito (15/05/2020) e como termo final a véspera do cadastramento em cumprimento à tutela de urgência.

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 1098

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ENDEREÇO: AVENIDA ZAKI NARCHI, 536

ASSUNTO: **Extinção de Pensão**

À vista das informações e com base no artigo **16, I** e parágrafo único do artigo **17**, todos da Lei nº **10.828/90, JULGO EXTINTA** a pensão que coube a **IZABEL GARCIA TAPIAS**, a partir de **02/07/2021**.

Publique-se.

A Coordenadoria de Gestão de Benefícios, para providências quanto ao item 2.

Processo concluído, podendo ser reativado dentro do período previsto, conforme **Decreto nº 52.397 DE 7 DE JUNHO DE 2011**, para fins de saldo de pensão.

ASSUNTO: **Extinção de Pensão**

À vista das informações e com base no artigo **21, V** e parágrafo único do artigo **22**, todos da Lei nº **15.080/2009, JULGO EXTINTA** a pensão que coube a **CAMILA LOUDARES BORGES**, a partir de **01/10/2017**.

Publique-se.

A Coordenadoria de Gestão de Benefícios, para providências quanto ao item 2.

A seguir, à Divisão de Gestão da Base Cadastral, em prosseguimento.

ASSUNTO : **Extinção de Pensão**

À vista das informações e com base no artigo **16, I** e parágrafo único do artigo **17**, todos da Lei nº **10.828/90, JULGO EXTINTA** a pensão que coube a **JOSÉ ROBERTO DE ASSIS BUENO**, a partir de **02/07/2021**.

Publique-se.

A Coordenadoria de Gestão de Benefícios, para providências quanto ao item 2.

Processo concluído, podendo ser reativado dentro do período previsto, conforme **Decreto nº 52.397 DE 7 DE JUNHO DE 2011**, para fins de saldo de pensão.

ASSUNTO: **Extinção de Pensão**

À vista das informações e com base no artigo **21, I** e parágrafo único do artigo **22**, todos da Lei nº **15.080/2009, JULGO EXTINTA** a pensão que coube a **IRENE PADOAN DOS SANTOS**, a partir de **15/01/2022**.

Publique-se.

A Coordenadoria de Gestão de Benefícios, para providências quanto ao item 2.

Processo concluído, podendo ser reativado dentro do período previsto, conforme **Decreto nº 52.397 DE 7 DE JUNHO DE 2011**, para fins de saldo de pensão.

ASSUNTO : **Extinção de Pensão**

À vista das informações e com base no artigo **16, I** e parágrafo único do artigo **17**, todos da Lei nº **10.828/90, JULGO EXTINTA** a pensão que coube a **THEREZINHA DUARTE PEIXO-TO VALENTE**, a partir de **17/01/2022**.

Publique-se.

A Coordenadoria de Gestão de Benefícios, para providências quanto ao item 2.

Processo concluído.

ASSUNTO: **Extinção de Pensão**

DESPACHO:

À vista das informações e com base no artigo **21, I** e parágrafo único do artigo **22**, todos da Lei nº **15.080/2009** e Lei nº **17.020/2018, JULGO EXTINTA** a cota parte de pensão que coube a **THEREZINHA AMÁLIA DE SOUZA GOMIDE**, a partir de **21/01/2022**.

Publique-se.

A Coordenadoria de Gestão de Benefícios, para providências quanto ao item 2.

A seguir, à Divisão de Gestão da Base Cadastral, em prosseguimento.

ASSUNTO : **Extinção de Pensão**

À vista das informações e com base no artigo **16, I** e parágrafo único do artigo **17**, todos da Lei nº **10.828/90, JULGO EXTINTA** a pensão que coube a **ALZIRA SANTANA CALFA**, a partir de **20/01/2022**.

Publique-se.

A Coordenadoria de Gestão de Benefícios, para providências quanto ao item 2.

Processo concluído.

ASSUNTO : **Extinção de Pensão**

À vista das informações e com base no artigo **16, I** e parágrafo único do artigo **17**, todos da Lei nº **10.828/90, JULGO EXTINTA** a pensão que coube a **SILVANA RULLI**, a partir de **02/02/2022**.

Publique-se.

A Coordenadoria de Gestão de Benefícios, para providências quanto ao item 2.

Processo concluído, podendo ser reativado dentro do período previsto, conforme **Decreto nº 52.397 DE 7 DE JUNHO DE 2011**, para fins de saldo de pensão.

ASSUNTO: **Extinção de Pensão**

DESPACHO:

À vista das informações e com base no inciso I, do artigo **23**, da Lei nº **9157/80, JULGO EXTINTA**, a cota parte de pensão que coube a **LAURA BIFANO**, a partir de **02/02/2022**, recalculando-se o benefício nos termos do artigo **24**, do mesmo diploma legal

Publique-se.

A Coordenadoria de Gestão de Benefícios, para providências quanto ao item 2.

A seguir, à Divisão de Gestão da Base Cadastral, em prosseguimento.

ASSUNTO: **Extinção de Pensão**

À vista das informações e com base no artigo **16, I** e parágrafo único do artigo **17**, todos da Lei nº **10.828/90, JULGO EXTINTA** a pensão que coube a **SUELY FARIAS DA SILVA**, a partir de **10/02/2022**.

Publique-se.

A Coordenadoria de Gestão de Benefícios, para providências quanto ao item 2.

Processo concluído, podendo ser reativado dentro do período previsto, conforme **Decreto nº 52.397 DE 7 DE JUNHO DE 2011**, para fins de saldo de pensão.

ASSUNTO : **Extinção de Pensão**

À vista das informações e com base no artigo **16, I** e parágrafo único do artigo **17**, todos da Lei nº **10.828/90, JULGO EXTINTA** a pensão que coube a **ALBANO GIANNINI**, a partir de **05/02/2022**.

Publique-se.

A Coordenadoria de Gestão de Benefícios, para providências quanto ao item 2.

Processo concluído, podendo ser reativado dentro do período previsto, conforme **Decreto nº 52.397 DE 7 DE JUNHO DE 2011**, para fins de saldo de pensão.

ASSUNTO : **Extinção de Pensão**

À vista das informações e com base no artigo **16, I** e parágrafo único do artigo **17**, todos da Lei nº **10.828/90, JULGO EXTINTA** a pensão que coube a **SHIRLY ALVARENGA COSTA**, a partir de **04/02/2022**.

Publique-se.

A Coordenadoria de Gestão de Benefícios, para providências quanto ao item 2.

Processo concluído, podendo ser reativado dentro do período previsto, conforme **Decreto nº 52.397 DE 7 DE JUNHO DE 2011**, para fins de saldo de pensão.

Assunto : **PENSÕES INTEGRADAS** - Quadro de Pessoal de Nível Médio e Básico - QMB